



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 5º PERÍODO - DATA: 09/06/2016.

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D

Evitaríamos muitos males se déssemos à razão o direito da última palavra.

Siga as instruções:

- Leia atentamente cada questão dessa avaliação antes de respondê-las e resolva usando caneta azul ou preta.
- Tenha bastante atenção para não rasurar, pois a rasura implicará na anulação da resposta.
- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos e da avaliação, não cabendo, portanto, esclarecimentos adicionais durante a realização da prova.
- **DESLIGUE OS CELULARES E DEMAIS APARELHOS ELETRÔNICOS.**

Disciplina: Direito do Consumidor

Professor: Mário César M. Miranda

Questão 01

Ainda sobre a responsabilidade civil dos fornecedores, assinale, dentre as opções abaixo, aquela que apresenta uma hipótese de fato do produto:

- a) Aparelho de barbear elétrico que, ao ser utilizado, transmite choque elétrico ao consumidor, causando-lhe queimaduras.
- b) Automóvel que, ao ser utilizado pelo consumidor, apresenta falha nos freios.
- c) Computador que, ao ser ligado, tem o monitor queimado.
- d) Telefone celular que não acende o display.

Questão 02

No tocante à responsabilidade civil dos fornecedores, assinale a opção VERDADEIRA:

- a) O Código de Defesa do Consumidor consagrou a teoria do risco integral para fundamentar a responsabilidade civil objetiva dos fornecedores pelos danos causados aos consumidores.
- b) A responsabilidade civil objetiva do fornecedor é fundada na teoria do risco do empreendimento, sendo sempre solidária, e não admite excludentes de responsabilidade.
- c) Regra geral, a responsabilidade civil dos fornecedores é objetiva e solidária, havendo, contudo, hipóteses em que a responsabilidade será subjetiva e subsidiária, caso dos profissionais liberais e dos comerciantes, respectivamente.
- d) As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelos danos causados ao consumidor.

Questão 03

Academia de ginástica veicula anúncio assinalando que os seus alunos, quando viajam ao exterior, podem se utilizar de rede mundial credenciada, presente em 60 países e 230 cidades, sem custo adicional. Um ano após continuamente fazer tal divulgação, vários alunos reclamam que, em quase todos os países, é exigida tarifa de uso da unidade conveniada. A academia responde que a referência ao “sem custo adicional” refere-se à inexistência de acréscimo cobrado por ela, e não de eventual cobrança, no exterior, de terceiro.

Acerca dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- a) A loja veicula publicidade enganosa, que se caracteriza como a que induz o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança.
- b) A loja promove publicidade abusiva, pois anuncia informação parcialmente falsa, a respeito do preço e qualidade do serviço.
- c) Não há irregularidade, e as informações complementares podem ser facilmente buscadas na recepção ou com as atendentes, sendo inviável que o ordenamento exija que detalhes sejam prestados, todos, no anúncio.
- d) A loja faz publicidade enganosa, que se configura, basicamente, pela falsidade, total ou parcial, da informação veiculada.

Questão 04

Joana adquiriu um aparelho de telefone em loja de eletrodomésticos e, juntamente com o manual de instruções, foi-lhe entregue o termo de garantia do produto, que assegurava ao consumidor um ano de garantia, a contar da efetiva entrega do produto. Cerca de um ano e um mês após a data da compra, o aparelho de telefone apresentou comprovadamente um defeito de fabricação. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca dos direitos do consumidor.

- a) A lei garante a Joana a possibilidade de reclamar de eventuais defeitos de fabricação a qualquer tempo, desde que devidamente comprovados.
- b) Após o prazo de um ano de garantia conferida pelo fornecedor, Joana não poderá alegar a existência de qualquer defeito de fabricação.
- c) Joana poderá reclamar eventuais defeitos de fabricação até o prazo de noventa dias após o final da garantia contratual conferida pelo fornecedor.
- d) O prazo para Joana reclamar dos vícios do produto é de apenas noventa dias, a partir da entrega efetiva do produto, independentemente de prazo de garantia.

Disciplina: Direito Civil – Dos Contratos I

Professor: Érica Cristina Molina

Questão 05

(2012 – FCC - TRE-PR) Os contratos inominados são:

- (a) nulos, porque vedados expressamente pelo código civil.
- (b) lícitos sem necessidade de observância de qualquer disposição legal, exceto se ilícito seu objeto.
- (c) ilícitos, por contrariarem a ordem pública.
- (d) lícitos, desde que observadas as normas gerais fixadas pelo código civil.

Questão 06

(FUNDATEC – 2015) Antônio adquiriu, mediante contrato de compra e venda, determinado terreno de propriedade de Márcio. No contrato, constou uma cláusula excluindo a responsabilidade pela evicção. Nesse caso, é correto afirmar que a referida cláusula é:

- (a) Nula de pleno direito.
- (b) Anulável, no prazo decadencial de dois anos.
- (c) Válida, mas tendo o evicto o direito de receber o que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção ou dele informado, não o assumiu.
- (d) Ineficaz, pois contraria os princípios da função social dos contratos e da boa-fé.

Questão 07

(CESPE - 2012 - DPE-AC) Renato adquiriu de seu amigo Rodolfo, em 13/2/2010, um veículo automotor, que, passados trinta dias da compra, apresentou defeito no motor e parou de funcionar. Em 15/3/2010, o comprador procurou um advogado com o propósito de ajuizar ação para anular o negócio jurídico. Em 13/1/2011, Renato ajuizou ação objetivando a redibição ou o abatimento do preço pago pelo veículo. No entanto, o processo foi extinto com resolução do mérito em razão da decadência do direito do autor. Acerca da situação hipotética acima apresentada e da disciplina jurídica dos vícios redibitórios, das relações de consumo e da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- (a) O prazo decadencial para o adquirente reclamar a existência de vício redibitório seria de trinta dias a contar do conhecimento do vício oculto. No caso de vício oculto de difícil constatação, Renato teria o prazo de até cento e oitenta dias após a tradição, para conhecer o defeito e, uma vez constatado o defeito, teria o prazo de mais trinta dias para ingressar com as ações edilícias.

- (b) Em caso de responsabilidade de profissionais da advocacia por condutas consideradas negligentes, as demandas que invocam a teoria da perda de uma chance não passam pela análise das reais possibilidades de êxito do postulante, eventualmente perdidas em razão da desídia do causídico.
- (c) O equívoco inerente ao vício redibitório não se confunde com o erro substancial, vício de consentimento previsto na parte geral do Código Civil. O legislador tratou o vício redibitório de forma especial, projetando inclusive efeitos diferentes daqueles previstos para o erro substancial. O vício redibitório, da forma sistematizada pelo Código Civil de 1916, cujas regras foram mantidas pelo Código Civil ora vigente, atinge a psique do agente. O erro substancial, por sua vez, atinge a própria coisa, objetivamente considerada.
- (d) Na situação descrita, de fato, Renato decaiu do seu direito de rescindir o negócio em razão do transcurso do prazo de trinta dias previsto no CDC para a reclamação de vício redibitório.

Questão 08

(2015 – CESPE - DPE-RN) No tocante à extinção dos contratos, assinale a opção correta.

- (a) Nos contratos bilaterais, o credor pode exigir a realização da obrigação pela outra parte, ainda que não cumpra a integralidade da prestação que lhe caiba.
- (b) A extinção do contrato decorrente de cláusula resolutiva expressa configura exercício do direito potestativo de uma das partes do contrato de impor à outra sua extinção e depende de interpelação judicial.
- (c) Situação hipotética: Joaquim, mediante contrato firmado, prestava serviços de contabilidade à empresa de Joana. Joaquim e Joana decidiram encerrar, consensualmente, o pactuado e dar fim à relação contratual. Assertiva: Nessa situação, configurou-se a resilição do contrato por meio de denúncia de uma das partes.
- (d) A resolução do contrato por onerosidade excessiva não se aplica aos contratos de execução instantânea, pois ocorre quando, no momento da efetivação da prestação, esta se torna demasiadamente onerosa para uma das partes, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.

Disciplina: Direito Tributário Público e Privado

Professor: Adauto José de Oliveira

Questão 09

(OAB/SP) Com relação ao Imposto de Importação (II) e ao Imposto de Exportação (IE), é correto afirmar:

- (a) seguem estritamente o princípio da legalidade e tipicidade cerrada.
- (b) apenas o II, por força de um desequilíbrio da balança comercial, poderá ter suas alíquotas alteradas por ato do presidente da república.
- (c) as alterações de suas alíquotas e base de cálculo somente poderão ocorrer por meio de lei ordinária editada pelo congresso nacional.
- (d) em ambos os casos (II E IE) há uma mitigação do princípio da legalidade, de tal forma que estes tributos poderão ter a sua alíquota alterada por ato do presidente da república.

Questão 10

(Procuradoria MA 2003) O princípio da anterioridade, previsto no art. 150, inciso III, b, da Constituição Federal,

- a) aplica-se às espécies tributárias ou não-tributárias regularmente instituídas.
- b) é inaplicável às contribuições da seguridade social.
- c) não pode ser invocado nas hipóteses de aumento das alíquotas tributárias.
- d) é inaplicável às contribuições sociais in genere.

Questão 11

Os dispositivos de lei que instituem ou aumentam tributos incidentes sobre o patrimônio e a renda entram em vigor

- a) na data da publicação da lei.
- b) no primeiro dia do exercício seguinte à data da publicação da lei, respeitado o prazo nonagesimal previsto na Constituição.
- c) quarenta e cinco (45) dias após a data da publicação da lei.
- d) trinta (30) dias após a data da publicação da lei.

Questão 12

A União, com a intenção de desonerar o preço final dos alimentos, tornou isento de IPVA os caminhões que transportam produtos alimentícios. Essa medida é:

- a) constitucional, pois cabe a União promover a isenção de impostos aos produtos considerados de primeira necessidade.
- b) inconstitucional, pois a União tem competência para isentar taxas e não impostos. (Sua resposta)
- c) constitucional, pois, embora a União não possa isentar impostos que não sejam de sua competência, a CF abre exceção quando se trata de produtos considerados de primeira necessidade.
- d) inconstitucional, pois não cabe a União isentar tributos que não sejam de sua competência.

Disciplina: Ética Geral e Profissional

Professor: Alexandre Chibante Martins

Questão 13

O advogado Antônio de Souza encontra-se preso cautelarmente, em cela comum, por força de decreto de prisão preventiva proferido no âmbito de ação penal a que responde por suposta prática de reiteradas fraudes contra a Previdência. O advogado de Antônio requereu ao magistrado que decretou a prisão a transferência de seu cliente para sala de estado-maior. Como não havia sala de estado-maior disponível na localidade, o magistrado determinou que Antônio deveria permanecer em prisão domiciliar até que houvesse sala de estado-maior disponível.

Sobre a decisão do magistrado, assinale a opção correta.

- a) O magistrado decidiu corretamente, pois, de acordo com o EAOAB, é direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado-maior e, na sua falta, em prisão domiciliar.
- b) O magistrado não decidiu corretamente, pois o advogado, assim como qualquer outro cidadão que tenha concluído curso superior, tem direito a ser recolhido preso em prisão especial, mas não em sala de estado-maior, que apenas é garantida a magistrados e membros do Ministério Público.
- c) O magistrado decidiu corretamente, devendo o advogado permanecer em prisão domiciliar, mesmo havendo sala de Estado Maior, após eventual trânsito em julgado de sua condenação.
- d) O magistrado não decidiu corretamente, pois o advogado apenas tem direito a não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, em sala de estado-maior e, na sua falta, em prisão domiciliar, quando o crime que lhe esteja sendo imputado decorra do exercício regular da profissão de advogado.

Questão 14

O estagiário Marcos trabalha em determinado escritório de advocacia e participou ativamente da elaboração de determinada peça processual que estava para ser analisada pelo magistrado da Vara em que o processo tramitava, assinando, ao final, a petição, em conjunto com alguns advogados do escritório. Como conhecia muito bem a causa, resolveu falar com o magistrado com o objetivo de ressaltar, de viva voz, alguns detalhes relevantes. Quando o magistrado percebeu que estava recebendo o estagiário do escritório, e não um dos advogados que atuava na causa, informou ao estagiário que não poderia tratar com ele sobre o processo, solicitando que os advogados viessem em seu lugar, se entendessem necessário. Marcos, muito aborrecido, afirmou que faria uma representação contra o magistrado, por entender que suas prerrogativas profissionais foram violadas.

A respeito da conduta de Marcos, assinale a opção correta.

- a) Marcos teve sua prerrogativa profissional violada, pois é direito do advogado e do estagiário inscrito na OAB dirigir-se diretamente ao magistrado nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado, observando-se a ordem de chegada.
- b) Marcos não teve sua prerrogativa profissional violada, pois apenas deve dirigir-se diretamente ao magistrado quando os advogados que atuam na causa estiverem impossibilitados de fazê-lo, sendo a atuação do estagiário subsidiária em relação à atuação do advogado.
- c) Marcos não teve sua prerrogativa profissional violada, pois apenas o advogado tem direito de dirigir-se diretamente ao magistrado nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado, observando-se a ordem de chegada. Ao contrário, Marcos praticou ato excedente à sua habilitação e, em razão disso, ficará impedido, posteriormente, de obter sua inscrição definitiva como advogado.
- d) Marcos não teve sua prerrogativa profissional violada, pois apenas o advogado tem direito de dirigir-se diretamente ao magistrado nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado, observando-se a ordem de chegada. Ao contrário, Marcos praticou ato excedente à sua habilitação e deve ser punido com pena de censura.

Questão 15

Mara é advogada atuante, tendo especialização na área cível. Procurada por um cliente da área empresarial, ela aceita o mandato. Ocorre que seu cliente possui, em sua empresa, um departamento jurídico com numerosos advogados e um gerente. Por indicação deles, o cliente determina que Mara inclua, no mandato que lhe foi conferido, os advogados da empresa, para atuação conjunta. Com base no caso apresentado, observadas as regras do Estatuto da OAB e do Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) A advogada deve aceitar a imposição do cliente por ser inerente ao mandato.
- b) A advogada deve aceitar a indicação de um advogado para atuar conjuntamente no processo.
- c) A advogada deve acolher o comando, por ser natural na vida forense a colaboração.
- d) A advogada não é obrigada a aceitar a imposição de seu cliente no caso.

Questão 16

A advogada Ana integrou o departamento jurídico da empresa XYZ Ltda. e, portanto, participava de reuniões internas, com sócios e diretores, e externas, com clientes e fornecedores, tendo acesso a todos os documentos da sociedade, inclusive aos de natureza contábil, conhecendo assim, diversos fatos e informações relevantes sobre a empresa. Alguns anos após ter deixado os quadros da XYZ Ltda., Ana recebeu intimação para comparecer a determinada audiência e a prestar depoimento, como testemunha arrolada pela defesa, no âmbito de ação penal em que um dos sócios da empresa figurava como acusado do crime de sonegação fiscal. Ao comparecer à audiência, Ana afirmou que não prestaria depoimento sobre os fatos dos quais tomou conhecimento enquanto integrava o jurídico da XYZ Ltda.

O magistrado que presidia o ato ressaltou que seu depoimento havia sido solicitado pelo próprio sócio da empresa, que a estaria, portanto, desobrigando do dever de guardar sigilo.

Sobre a questão apresentada, observadas as regras do Estatuto da OAB e do Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) Ana terá o dever de depor, pois o bem jurídico administração da justiça é mais relevante do que o bem jurídico inviolabilidade dos segredos.
- b) Ana terá o dever de depor, pois foi desobrigada por seu ex- cliente do dever de guardar sigilo sobre os fatos de que tomou conhecimento quando atuou como advogada da XYZ Ltda.
- c) Ana terá o dever de depor, pois não integra mais o departamento jurídico da empresa XYZ Ltda., tendo cessado, portanto, seu dever de guardar sigilo.
- d) Ana não terá o dever de depor, pois o advogado tem o direito de se recusar a depor, como testemunha, sobre fato relacionado à pessoa de quem foi ou seja advogado, mesmo quando solicitado pelo cliente.

Disciplina: Direito Processual Civil I

Professor: Laurinéia Borges

Questão 17

Sobre ação e condições da ação, assinale a alternativa **correta**:

- a) As condições da ação constituem alguns requisitos que o autor deve preencher para que sua demanda seja julgada.
- b) O pedido é juridicamente possível quando a pretensão processual deduzida for vedada pelo ordenamento jurídico
- c) Existirá ação mesmo quando o autor não tiver direito a uma resposta de mérito.
- d) A ausência das condições da ação não pode ser conhecida pelo juiz de ofício.

Questão 18

Sobre legitimidade ordinária e extraordinária, assinale a alternativa **Incorreta**:

- a) A regra no processo civil é que ninguém pode ir a juízo, em nome próprio para postular direito alheio.
- b) Trata se de legitimidade extraordinária em que os sujeitos vão a juízo, para litigar em nome próprio, direito próprio.
- c) Em circunstâncias excepcionais, que decorrem de lei expressa ou do sistema jurídico, admite se que alguém vá a juízo, em nome próprio para postular direito alheio.
- d) Na legitimidade extraordinária, aquele que figura como parte não é o titular do direito alegado.

Questão 19

Temos o _____, quando o que se pretende é a satisfação do credor. Não se busca aqui uma certeza jurídica e nem afastar um perigo, mais simplesmente satisfazer a pretensão do credor.

O texto acima diz respeito ao

- a) Processo de conhecimento
- b) Processo de execução
- c) Processo Cautelar
- d) Processo Declaratório

Questão 20

Antes de examinar o mérito, o juiz deve verificar, primeiramente, se foram obedecidos os pressupostos processuais, isto é, se o caminho percorrido até o resultado final foi de forma regular.

Assinale a alternativa que contenha apenas pressupostos processuais:

- a) Petição inicial apta, possibilidade jurídica do pedido, capacidade postulatória.
- b) Existência de jurisdição, interesse de agir, capacidade postulatória.
- c) Existência de jurisdição, capacidade postulatória, petição inicial apta.
- d) Capacidade postulatória, petição inicial apta, possibilidade jurídica do pedido.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial III

Professor: Juliana Soller

Questão 21

Contrair alguém, sendo casado, novo casamento, configura o crime de:

- a) Simulação de casamento;
- b) Conhecimento prévio de impedimento;
- c) Bigamia;
- d) Simulação de autoridade para celebração de casamento;

Questão 22

Acerca do crime de abandono material, previsto no título dos crimes contra a assistência familiar, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É punido com as mesmas penas o sujeito que frustra ou ilide de qualquer modo o pagamento de pensão alimentícia;
- b) O legislador incrimina o cônjuge, ascendente ou descendente, que sem justa causa, deixa de prover a subsistência de seus dependentes;
- c) O crime só existirá se a vítima estiver passando por necessidades materiais e o agente, podendo prover-lhe a subsistência, intencionalmente deixar de fazê-lo;
- d) O fato de outra pessoa ajudar a sustentar o filho, exime a responsabilidade daquele que se omite.

Questão 23

Com relação aos crimes contra a saúde pública, são hipóteses deste, EXCETO:

- a) Epidemia;
- b) Infração de medida sanitária preventiva;
- c) Desastre ferroviário;
- d) Omissão de notificação de doença;

Questão 24

Com relação aos crimes de perigo comum, são hipóteses deste, EXCETO:

- a) Incêndio;
- b) Explosão;
- c) Inundação;
- d) Incitação ao crime.